



## RESOLUÇÃO SESA nº 527/2017

**Autoriza o repasse do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de Cascavel, destinado ao Incentivo Financeiro de Custeio para reforma de Unidades de Saúde da Família – USF, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS, para o exercício de 2017.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**, Gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 45, inciso XIV, da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, a Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e,

- considerando a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro;
- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;
- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê “Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere”;
- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de “captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde”, cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;
- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: “À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde”, em seu Item III – “compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde”;
- considerando a Resolução SESA nº 198/2016, que disciplina o repasse do Incentivo Financeiro de Custeio para reforma e/ou recuperação de Unidades de Saúde da Família, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS, para o quadriênio de 2016/2019, na modalidade “Fundo a Fundo”;
- considerando a Resolução SESA nº 505/2017, que aprova a relação dos municípios que atenderam as exigências estabelecidas na Resolução SESA nº 198/2016, para receberem os recursos estaduais para reforma e/ou recuperação de Unidade de Saúde da Família, na modalidade “Fundo a Fundo”.

GABINETE DO SECRETÁRIO



**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Autorizar o repasse financeiro no valor total de **R\$1.998.125,64 (um milhão, novecentos e noventa e oito mil, cento e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos)**, conforme detalhado no Anexo I desta Resolução, do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de Cascavel, de forma regular e automática, na modalidade fundo a fundo, referente ao **Incentivo Financeiro de Custeio para reforma de Unidades de Saúde da Família – USF, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS, para o exercício de 2017.**

**Art. 2º** - A utilização dos recursos financeiros deverá atender as exigências legais concernentes à licitação a que estão sujeitas todas as despesas da Administração Pública.

**Parágrafo Único.** A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo pelo período mínimo legal exigido.

**Art. 3º** - Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo.

**Art. 4º** - As ações e serviços públicos de saúde a serem executadas pelos municípios deverão estar em consonância com todos os instrumentos de planejamento, (Plano Plurianual – PPA, Plano Municipal de Saúde, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Programação Anual de Saúde), assim como o demonstrativo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, a serem apresentados aos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, conforme os prazos previstos na Lei Complementar nº 141/2012, de 13 de Janeiro de 2012.

**Art. 5º** - A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no Relatório de Gestão. Os Municípios deverão comprovar a observância do envio do Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo no Sistema SargSus sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

**Art. 6º** - Poderá a qualquer momento a Secretaria de Estado da Saúde por meio do Controle Interno em parceria com o Fundo Estadual de Saúde, Gestor dos recursos financeiros destinado a ações e serviços públicos de saúde, fazer a verificação “in loco”. Caso haja comprovado quaisquer irregularidades estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992 – Agentes Públicos Improbidade Administrativa.

**Art. 7º** - As transferências de que trata esta Resolução serão suspensas aos municípios habilitados quando:

**GABINETE DO SECRETÁRIO**





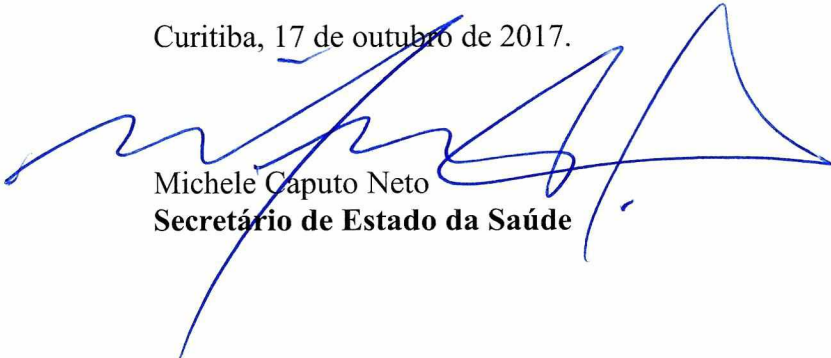
- Constatado durante a vigência do programa, o descumprimento do disposto no parágrafo terceiro do Decreto Estadual nº 7.986/2013;
- Ocorrer qualquer desvio de finalidade ao programa.

**Art. 8º** - Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde no exercício de 2017, devendo onerar os seguintes Programas: Saúde para todo o Paraná.

- Ação: Transferência Fundo a Fundo a Municípios – Incentivo Financeiro de Custeio para reforma de Unidades de Saúde da Família – USF, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS.**
- II. Iniciativa: 4162 – Mãe Paranaense
- III. Elemento de Despesa: CUSTEIO – 3341.4120
- IV. Fonte: 100 – Tesouro do Estado

**Art. 9º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de outubro de 2017.

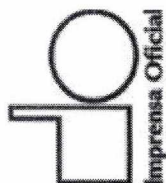
  
Michele Caputo Neto  
**Secretário de Estado da Saúde**



Anexo I da Resolução SESA nº 527/2017

**MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBEREM O INCENTIVO FINANCEIRO DE CUSTEIO PARA REFORMA DE UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF  
PROGRAMA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE – APSUS**

CÓD.CREDOR	PROTOCOLO	UNIDADE	VALOR TOTAL	DADOS BANCÁRIOS	
				BANCO	AGÊNCIA
10160907	14.701.397-3	LOS ANGELES	150.000,00		
	14.701.322-1	FLORESTA	150.000,00		
	14.701.467-8	PACAEMBU	51.132,24		
	14.717.604-0	GUARUJÁ	150.000,00		
	14.717.589-2	MORUMBI	150.000,00		
	14.717.594-9	XIV DE NOVENBRO	150.000,00		
	14.717.583-3	PARQUE SÃO PAULO	112.163,18		
	14.717.600-7	BRAZMADEIRA	85.518,42		
	14.717.608-2	INTERLAGOS	67.174,61		
	14.701.366-3	PARQUE VERDE	49.622,59		
	14.701.341-8	CANCELLI	150.000,00		
	14.717.613-9	CASCABEL VELHO	81.498,12		
	14.701.432-5	ACLIMAÇÃO	150.000,00		
	14.717.617-1	SÃO CRISTOVÃO	85.518,42		
	14.701.354-0	SANTO ONOFRE	75.173,58		
	14.701.451-1	SANTA CRUZ	150.000,00		
14.701.386-8	SANTA FELICIDADE	40.324,48			
14.701.414-7	CATARATAS	150.000,00			
				BANCO DO BRASIL	4693-0
					33.255-0

**Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE**

Protocolo	<b>99334/2017</b>	<b>Diário Oficial Executivo</b>
Título	Resolução SESA nº 527/2017	Secretaria da Saúde
Órgão	<u>SESA - Secretaria de Estado da Saúde</u>	Resolução-EX (Gratuita)
Depositário	RAQUEL STEIMBACH BURGEL	<u>527.17.rtf</u> 219,87 KB
E-mail	RAQUEL@SESA.PR.GOV.BR	
Enviada em	17/10/2017 14:02	
Data de publicação		
18/10/2017 Quarta-feira	Gratuita	Diagramada
		17/10/17 14:28
		Nº da Edição do Diário: 10050
<a href="#">Histórico</a>	<b>TRIAGEM REALIZADA</b>	